

CAS espera verba para despachar os migrantes

Arthur Herdy

Sem verbas para pagar as passagens aos migrantes que querem retornar às suas cidades ou estados de origem, o Centro de Apoio Social (CAS), em Taguatinga Sul, está superlotado. Criado pela Secretaria de Ação Social para atender 250 internos, ontem, abrigava mais de 600 pessoas — crianças velhos e adultos — nos vários alojamentos.

Entre os abrigados muitos estão doentes. Reclamam do tratamento e da longa espera para ir embora depois da decepção com o “novo Eldorado”.

O gerente do CAS, João Juvêncio Duarte, afirma que a falta de verbas é um problema passageiro. “No início do ano os projetos de liberação de recursos são mais lentos. Mas logo que sejam aprovados, o que acredito será breve, as pessoas cadastradas para o retorno receberão de graça as suas passagens”, salientou.

João Duarte admite que as condições atuais de atendimento aos migrantes não são ideais, já que o número de abrigados extrapola “em muito” a capacidade planejada. “Mas ninguém é maltratado em nossas dependências. Quem disse isso está mentido”, salientou, no pátio do CAS, onde se concen-

tram, durante o dia, os migrantes.

Em seguida, é abordado por um deles. Arlindo Morais, 65 anos — ele diz que é ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial — afirma que está doente. E que quer ir embora, “pois estou passando muitas necessidades. Nem o leite que o médico indicou, eles me dão”, comentou.

Outros internos também fazem suas queixas ao *Jornal de Brasília*, cujo fotógrafo foi impedido de ir onde estavam os albergados. Bomfim Pereira Nunes, 23 anos, há dois meses no CAS, afirma que “a barra aqui é pesada. A sopa que distribuem diariamente é horrível”.

Os internos afirmam que junto a mulheres, idosos e crianças, são vários os casos de doenças contagiosas, como a tuberculose e “até a hanseníase. Tem gente até com doenças venéreas”, disse Bomfim Pereira, que quer ir para Manaus em busca do emprego que não conseguiu em Brasília.

Priscilo Bueno, mesmo debilitado, sonha em conseguir uma passagem, mas não para a terra natal, São José do Rio Preto, em São Paulo, onde moram a esposa e os filhos. Ele quer ir para Curitiba, no Paraná, onde funciona um hospital maçônico.

Permanência

Segundo as normas do CAS e o tempo de permanência de no máxi-

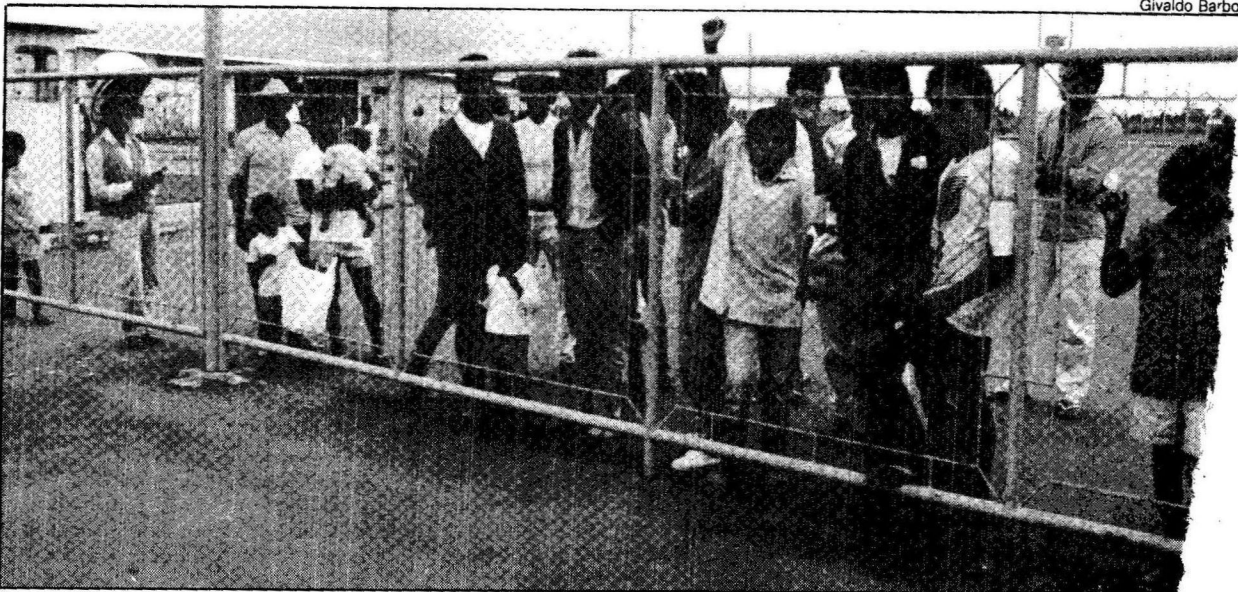
mo 15 dias. “Mas isso não acontece. Muitos prolongam sua estadia por vários motivos, entre eles, o tratamento de saúde. Também muita gente não pode ser colocada na rua. São aquelas pessoas que não têm para onde ir. Mendigos, doentes e idosos”, explica João Duarte.

Ele calcula que mais de 50 pessoas — um quinto da capacidade de atendimento — estão nessas condições. O gerente afirma que o órgão da Secretaria de Ação Social faz o que pode para prestar um bom atendimento. “Damos além do alojamento, material de uso pessoal como colchões, lençóis e até de higiene”, acrescenta.

João Duarte afirma que também são fornecidas três refeições — café da manhã, almoço e jantar —, além de uma suplementação alimentar para as crianças. “Os pequenos participam, ainda, de um projeto que prevê recreação e até estimulação para várias atividades pedagógicas”, salienta.

Finalmente, ele diz que o órgão fornece aos cadastrados e comprovadamente carentes, a passagem de volta para suas regiões de origem — a maior parte para o Nordeste, onde se destaca a Bahia. “Infelizmente, no momento, esse programa está suspenso por falta de verbas. Mas elas logo chegarão” conclui.

Givaldo Barbo



Com capacidade para 250 internos, o Centro de Apoio Social abriga hoje 600 migrantes